

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2014, acompanhadas das respectivas notas explicativas, relatório dos auditores e dos atuários independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. Devido a algumas normas emitidas pelo CPC e vigentes na data de publicação dessas demonstrações financeiras, ainda não terem sido referendadas pela SUSEP, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. A Administração avaliou as normas emitidas pelo CPC e ainda não referendadas pela SUSEP e entende que a adoção destas normas, quando aprovadas pelo órgão regulador, não irá gerar efeitos significativos no resultado ou patrimônio líquido da Companhia. **1. Conjuntura econômica:** Em 2014, a economia brasileira apresentou baixo nível de crescimento e a demanda doméstica perdeu força, com queda no consumo e retração nos investimentos. Esse contexto de atividade enfraquecida refletiu a piora dos fundamentos da economia, principalmente inflação ascendente e um quadro fiscal que requer atenção. Apesar das circunstâncias adversas, a renda e o nível de emprego apresentaram melhora em relação ao ano de 2013. A economia mundial também foi caracterizada por crescimento fraco, notadamente nos países emergentes, observando-se nos países desenvolvidos desempenho melhor, em especial nos EUA. A demanda externa contribuiu pouco para o crescimento, refletindo a queda nas exportações de produtos básicos e manufaturados. No caso dos produtos básicos, houve forte queda nos preços de commodities no segundo semestre, agravada pelos efeitos da desaceleração da economia chinesa. No caso dos produtos manufaturados, verificou-se piora em parceiros comerciais importantes para o Brasil, em especial na América Latina. No final de 2014, teve início um novo ciclo de ajustes voltados à recuperação dos fundamentos da economia e promoção de um ambiente favorável ao crescimento nos próximos anos. O governo e a nova equipe econômica acreditam que a alta nas taxas de juros e medidas no campo fiscal possam recolocar a inflação em trajetória compatível com as metas. No mercado de seguros, nosso principal mercado, dados preliminares da SUSEP (Superintendência

de Seguros Privados) indicam que a receita com prêmios alcançou um volume total de R\$ 161,6 bilhões, um aumento de 16,6%. Se forem desconsiderados os prêmios dos planos da modalidade VGGBL, o mercado de seguros teria atingido a cifra de R\$ 90,2 bilhões contra R\$ 82,9 bilhões em 2013, um crescimento de 8,8%. O segmento de automóveis representou a maior parcela da receita, com participação de 35,6% no total de prêmios emitidos em 2014. Já no mercado de saúde suplementar, segundo dados disponibilizados pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) para os nove primeiros meses de 2014, a receita total era de R\$ 94,6 bilhões para o período em questão, o que representava um crescimento de 16,2% ante o mesmo período de 2013. **2. Principais informações financeiras:**

(R\$ milhões)	2014	2013	Variação
Prêmios emitidos	403,4	419,1	(3,7%)
Prêmios ganhos	420,5	433,2	(2,9%)
Sinistros ocorridos	(186,9)	(242,3)	22,9%
Receitas de contribuições e prêmios de VGGBL	20,0	28,0	(28,8%)
Variações de outras provisões técnicas	38,0	(24,4)	NA
Resultado financeiro	107,7	39,6	NA
Resultado antes dos impostos e participações	144,7	(27,8)	NA
Lucro/(Prejuízo) líquido	87,7	(17,8)	NA

3. Comentário sobre o desempenho: No ano de 2014, a receita de prêmios emitidos atingiu R\$ 403,4 milhões, 3,7% abaixo da receita obtida no ano anterior. Os sinistros ocorridos somaram R\$ 186,9 milhões, resultado 22,9% melhor do que em 2013. As receitas de contribuições e prêmios de VGGBL somaram R\$ 20,0 milhões, representando uma queda de 28,8% frente a 2013. Neste mesmo período, o resultado financeiro totalizou R\$ 107,7 milhões e o lucro líquido foi de R\$ 87,7 milhões. **4. Distribuição do resultado:** Em 31/12/2013, a Companhia apresentou prejuízo no valor de

R\$17.754. Em 2014, a distribuição de dividendos é a seguinte:

(R\$ milhões)	2014
Descrição	2014
Lucro antes dos impostos e participações	144,7
(-) Impostos e contribuições	(55,2)
(-) Participações	(1,8)
Lucro líquido do exercício	87,7
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(4,4)
Lucro líquido ajustado	83,3
Dividendos obrigatórios	20,8
25% do Lucro líquido ajustado	20,8
(-) Dividendos antecipados a serem considerados nos dividendos obrigatórios	16,6
(-) Juros sobre capital próprio líquido a ser considerado nos dividendos	4,2
Bruto	5,0
Imposto de renda	(0,8)
Saldo dos dividendos obrigatórios	21,6
Destinação:	
Constituição de reserva estatutária	61,7

5. Investimentos: A Companhia não possui investimentos diretos ou indiretos em sociedades coligadas e controladas. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários na categoria "mantidos até o vencimento" para os quais possui intenção e capacidade para manter até a data do respectivo vencimento. **7. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte de nenhum acordo de acionistas. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015. **A ADMINISTRAÇÃO.**

Balancos patrimoniais em 31 dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

Ativo	Notas	2013	
		2014 (Reclassificado)	2013
Ativo circulante	4.146.505	3.680.352	
Disponível	6.227	14.364	
Caixa e bancos	6	6.227	14.364
Aplicações	7	3.975.522	3.501.679
Créditos das operações com seguros e resseguros	99.138	91.127	
Prêmios a receber	8	79.774	56.423
Operações com seguradoras	-	12.531	28.952
Operações com resseguradoras	9.1	6.833	5.752
Créditos das operações com previdência complementar	7.749	8	
Valores a receber	-	7.749	8
Outros créditos operacionais	2.004	76	
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	9.2	4.345	3.682
Títulos e créditos a receber	12.498	29.660	
Títulos e créditos a receber	-	4.622	18.939
Créditos tributários e previdenciários	10.1	307	1.064
Outros créditos	17.1	7.569	9.657
Outros valores e bens	-	12	
Bens a venda	-	-	12
Despesas antecipadas	1.508	3.907	
Custos de aquisições diferidos	11	37.514	35.837
Seguros	-	32.274	31.266
Previdência	-	5.240	4.571
Ativo não circulante	1.388.612	1.410.648	
Realizável a longo prazo	-	1.384.557	1.405.886
Aplicações	7	1.065.722	1.078.608
Créditos das operações com seguros e resseguros	407	94	
Prêmios a receber	8	407	94
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	9.2	1.744	1.108
Títulos e créditos a receber	298.929	297.933	
Créditos tributários e previdenciários	10.1	111.870	126.406
Depósitos judiciais e fiscais	18.1	185.180	167.673
Outros créditos operacionais	-	1.879	3.854
Despesas antecipadas	-	4.186	
Custos de aquisição diferidos	11	17.755	23.957
Seguros	-	14.145	21.146
Previdência	-	3.610	2.811
Imobilizado	1.957	2.281	
Imóveis de uso próprio	-	642	725
Bens móveis	-	491	519
Outras imobilizações	-	824	1.037
Intangível	2.098	2.481	
Outros intangíveis	-	2.098	2.481
Total do Ativo	5.535.117	5.091.000	

Passivo	Notas	2013	
		2014 (Reclassificado)	2013
Passivo circulante	1.354.801	1.273.990	
Contas a pagar	45.645	22.811	
Obrigações a pagar	12.1	11.022	6.314
Impostos e encargos sociais a recolher	-	4.402	4.687
Encargos trabalhistas	-	1.797	1.782
Impostos e contribuições	12.2	21.392	2.083
Outras contas a pagar	12.3	7.032	7.945
Débitos de operações com seguros e resseguros	46.149	57.028	
Prêmios a restituir	-	773	1.691
Operações com seguradoras	-	4.245	17.617
Operações com resseguradoras	9.1	2.874	2.335
Corretores de seguros e resseguros	13	19.774	19.250
Outros débitos operacionais	-	18.483	16.135
Débitos de operações com previdência complementar	6.885	9.769	
Débitos de resseguros	-	430	1.020
Outros débitos operacionais	-	6.455	8.749
Depósitos de terceiros	14	8.730	9.579
Provisões técnicas - Seguros	15.1	504.195	476.855
Danos	-	2.145	2.158
Pessoas	-	165.948	191.028
Vida individual	-	65.944	70.535
Vida com cobertura de sobrevivência	-	270.158	213.134
Provisões técnicas - Previdência complementar	15.2	729.277	678.625
Planos não bloqueados	-	319.739	300.565
PGBL/PRGP	-	409.538	378.060
Outros débitos	13.920	19.323	
Provisões judiciais	18.2	13.920	19.323
Passivo não circulante	3.774.798	3.460.469	
Contas a pagar	44.659	35.689	
Obrigações a pagar	12.1	44.597	35.288
Outras contas a pagar	12.3	62	401
Débitos de operações com seguros e resseguros	29	13	
Corretores de seguros e resseguros	13	29	13
Provisões técnicas - Seguros	15.1	1.242.391	1.016.332
Pessoas	-	153.340	155.652
Vida individual	-	10.980	5.809
Vida com cobertura de sobrevivência	-	1.078.071	854.871
Provisões técnicas - Previdência complementar	15.2	2.363.246	2.302.503
Planos não bloqueados	-	758.234	819.066
PGBL/PRGP	-	1.605.012	1.483.437
Outros débitos	124.473	105.932	
Provisões judiciais	18.2	124.473	105.932
Patrimônio Líquido	405.518	356.541	
Capital social	19.1	227.551	227.551
Reservas de lucros	-	187.311	139.595
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(9.344)	(10.605)
Total do Passivo	5.535.117	5.091.000	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de títulos e valores mobiliários	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01/01/2013	227.551	10.640	146.709	157.349	7.017	-	391.917
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(17.622)	-	(17.622)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(17.754)	(17.754)
Compensação de prejuízos com reserva estatutária	-	-	(17.754)	(17.754)	-	17.754	-
Saldos em 31/12/2013	227.551	10.640	128.955	139.595	(10.605)	-	356.541
Dividendos complementares - R\$0,6216 por ação	-	-	(18.417)	(18.417)	-	-	(18.417)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	87.715	87.715
Proposta da destinação do lucro:							
Reserva Legal	-	4.386	-	4.386	-	(4.386)	-
Reserva Estatutária	-	-	61.747	61.747	-	(61.747)	-
Dividendos							
Dividendos antecipados - R\$0,5596 por ação	-	-	-	-	-	(16.582)	(16.582)
Juros sobre o capital próprio R\$0,1687 por ação	-	-	-	-	-	(5.000)	(5.000)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	1.261	-	1.261
Saldos em 31/12/2014	227.551	15.026	172.285	187.311	(9.344)	-	405.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de pessoas e planos de previdência privada aberta e que tem como acionista, a Sul América Companhia de Seguro Saúde, denominada "CIA. SAUDE", que detém 100% de participação. A Sul América S.A., denominada "SASA", controladora indireta da Companhia, tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,90% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,69% de participação total. Nessas demonstrações financeiras, o termo "SulAmérica" é usado para tratar o conjunto de empresas formado pela SASA e suas controladas, o qual a Companhia faz parte. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. Devido a algumas normas emitidas pelo CPC e vigentes na data de publicação dessas demonstrações financeiras, ainda não terem sido referendadas pela SUSEP, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. A Administração avaliou as normas emitidas pelo CPC e ainda não referendadas pela SUSEP e entende que a adoção destas normas, quando aprovadas pelo órgão regulador, não irá gerar efeitos significativos no resultado ou patrimônio líquido da Companhia. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 483, emitida em 06/01/2014 e não sofreram alterações em relação ao modelo anterior estabelecidos na Circular SUSEP nº 464/2013. Com o objetivo de atender a exigência de divulgação do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro,

a Companhia reclassificou seus débitos e créditos tributários de 2013, alinhando-os aos apresentados em 2014, pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição. Em 31/12/2013, os R\$15.704 de débito tributário que foram divulgados na rubrica "Tributos diferidos", no passivo não circulante, foram reclassificados para o ativo não circulante, para a rubrica "Créditos tributários e previdenciários". A Companhia entende que essas reclassificações para fins de divulgação e que não afetam o capital circulante líquido, não são relevantes. O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 24/02/2015. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros derivativos (nota 5); • Caixa e equivalentes de caixa (nota 6); • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 7); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 7). **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Os prêmios de seguros são reconhecidos pela emissão do contrato de seguro ou pela vigência do risco das apólices/faturas para os casos em que a vigência se inicia antes da sua emissão. Os prêmios de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são calculados atuarialmente; • As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGGBL) são reconhecidos como rendas de contribuições e prêmios quando ocorre seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do exercício; • Os agenciamentos referentes aos produtos de previdência são diferidos e amortizados linearmente por 40 meses, considerando-se a expectativa de cancelamento ou não renovação das apólices.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	Notas	2014	2013
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício		87.715	(17.754)
Ganhos / (perdas) não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	21	2.109	(29.370)
Imposto de renda e contribuição social relacionados aos componentes dos outros resultados abrangentes	21	(843)	11.748
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	-	(5)	-
Outros componentes do resultado abrangente	-	1.261	(17.622)
Resultado abrangente do exercício		88.976	(35.376)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	2014	2013
Atividades operacionais	2014 (Reclassificado)	2013
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão	1.083.751	1.052.429
Recuperações de sinistros e comissões	1.912	6.428
Outros recebimentos operacionais (ressarcimentos e outros)	37.939	82.850
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(887.934)	(840.012)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(21.596)	(40.664)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(1.401)	(8.195)
Pagamentos de despesas e obrigações	(77.868)	(82.584)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(39.826)	(26.285)
Outros pagamentos operacionais	(8.610)	(101.835)
Resgates de depósitos judiciais	-	25
Constituição de depósitos judiciais	(19.677)	(15.334)
Pagamentos de participações nos resultados	(1.100)	(1.409)
Caixa gerado pelas operações	65.590	25.414
Impostos e contribuições pagos		

Para os demais seguros de pessoas, o diferimento do agenciamento e comissão é efetuado com base no prazo de vigência dos contratos de seguros. Esses custos de aquisição são inicialmente diferidos na rubrica "Custos de aquisição diferidos" no ativo circulante e não circulante e amortizados no resultado do exercício na rubrica "Custos de aquisição"; • Os sinistros são refletidos nos resultados com base na avaliação do IBNP (Incurred But Not Paid) que busca refletir a sinistralidade final estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência. Os benefícios proporcionados pelos planos de previdência de benefício definido são reconhecidos, em bases estimadas em métodos e cálculos atuariais, ao longo da vigência das operações. Os sinistros incluem as indenizações e despesas estimadas a ocorrer com o processamento e a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis aos sinistros considerados individualmente (Allocated Loss Adjustment Expense - ALAE), quanto outras despesas relacionadas aos sinistros, mas não diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). **3.1.2. Balanço Patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou 3,2. **Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: **3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** • **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. • **Derivativos:** São classificados no ativo ou passivo circulante como, respectivamente, "Títulos e créditos a receber" ou "Outras contas a pagar" títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por opções e contratos futuros. **3.2.2. Disponíveis para a venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando há redução ao valor recuperável, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Mantidos até o vencimento:** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado. **3.2.4. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado. **3.4. Redução ao valor recuperável:** • **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, estimados de maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou prolongada reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, entre outros. • **Ativos não financeiros:** Os saldos contábeis dos ativos não financeiros, incluindo ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 9 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.6. Provisões técnicas de contratos de seguros, resseguros e previdência:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP conforme a seguir: **3.6.1. Provisões para Prêmios Não Ganhos (PPNG):** A PPNG é constituída para as operações estruturadas no regime financeiro de repartição simples ou repartição de capitais de cobertura pelo método pro rata die, tendo como base a divisão dos prêmios e contribuições de previdência pelo número de dias de cobertura total, multiplicado pelo número de dias da cobertura do risco a decorrer, para os contratos de pessoas, vida individual e previdência complementar. **3.6.2. Provisão para Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE):** A PPNG - RVNE é constituída para as operações estruturadas no regime financeiro de repartição simples ou repartição de capitais de cobertura para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. É obtida a partir da multiplicação da PPNG pelo fator esperado de atraso calculado anualmente com base na média ponderada histórica entre a PPNG referente aos riscos emitidos após o início de vigência e a PPNG registrada, para os contratos de seguro de, pessoas, vida individual e de previdência complementar. Para alguns ramos cujas vigências de riscos individuais não ultrapassam o mês seguinte e para o seguro de pessoas, aplica-se e calcula-se o fator de atraso em função do prêmio mensal emitido e não da PPNG registrada, aplicando-se a metodologia acima descrita para o cálculo do fator esperado de atraso. **3.6.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo o valor dos sinistros avisados. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na metodologia conhecida como IBNP que considera a estimativa de total de sinistro ao final do período de cobertura. Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados -IBNR (Incurred But Not Reported). Para apurar o IBNP, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de run-off mensais, métodos estatístico-atuariais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Para os seguros de pessoas, o desenvolvimento histórico observado é de 140 meses. O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.6.5. Os contratos de previdência complementar e de seguros de vida individual são provisionados como PSL, correspondendo ao montante de benefícios vencidos e não pagos, incluindo atualização monetária **3.6.4. Provisão de Sinistros a Liquidar em processo judicial.** As provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais semelhantes, recorrente e relacionada ao negócio, a provisão de sinistros a liquidar leva ainda em consideração itens específicos apurados com base em fatores calculados a partir da comparação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva probabilidade de perda (provável, possível ou remota) o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas mensalmente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas pelo IPCA e juros de 9,36% ao ano, baseado no histórico de pagamentos de juros observados. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza civil relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões técnicas - Seguros", no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. **3.6.5. Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR):** Para o ramo de seguro de pessoas, exceto para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização e benefícios de risco de previdência complementar, a IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e é constituída com base na estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados. A IBNR é calculada com base em métodos estatísticos-atuariais, conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Para o ramo de pessoas, o desenvolvimento é apurado por montante de sinistros e é observado um histórico de 140 meses. Além da estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, é adicionalmente registrado na provisão de IBNR o valor de ajuste referente ao desenvolvimento futuro de sinistros já ocorridos. Tal ajuste é calculado conforme descrito na nota 3.6.3. Para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização e para os contratos de benefícios de risco de previdência complementar, como não se tem experiência interna histórica representativa, a provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é calculada a partir da aplicação de percentuais estabelecidos pela legislação vigente no somatório das contribuições ou prêmios e no somatório dos benefícios pagos ou sinistros pagos nos últimos 12 meses. **3.6.6. Provisão**

de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR) – Judicial. A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial à Companhia, independente do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização. A IBNR relacionada a sinistros judiciais é constituída com base em metodologia de cálculo que leva em consideração: i) Períodos médios históricos observados entre a data de negativa do sinistro e a data de cadastro da citação, para os sinistros que foram regulados administrativamente, e entre a data de ocorrência do sinistro e a data da citação, para os sinistros que entraram diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização; (ii) Percentuais de históricos de solicitações de indenizações indeferidas, administrativamente, nos quais a experiência histórica demonstrou desembolso financeiro posterior na esfera judicial, e o percentual de sinistros daqueles que entraram diretamente na justiça, nesses mesmos períodos, resultando na quantidade estimada de desembolsos futuros na esfera judicial; e (iii) Valor médio dos sinistros judiciais registrados na rubrica "Provisões técnicas - Seguros", resultando no valor médio das causas. **3.6.7. Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** A PMBAC é relativa aos contratos de previdência complementar e de seguros de vida individual no regime de capitalização e abrange os compromissos assumidos com os participantes/segurados enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. A PMBAC é calculada com base nas movimentações financeiras de cada participante. A alocação contábil no passivo circulante e não circulante tem como base o fluxo de caixa projetado de benefícios a pagar para os próximos exercícios, que considera premissas atuariais, tais como tábua de mortalidade, taxas de cancelamento e idade de entrada em aposentadoria. **3.6.8. Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC):** A PMBC é relativa aos contratos de previdência complementar e de seguros de vida individual no regime de capitalização e corresponde ao valor dos benefícios cujo evento gerador tenha ocorrido e tenha sido avisado. É calculada com base na expectativa de benefícios futuros, descontada para a data-base das demonstrações financeiras, dos participantes que já estão em fase de recebimento do benefício, estimada a partir das garantias contratadas de tábua de mortalidade e de juros. **3.6.9. Provisão de Excedentes Financeiros (PEF):** A PEF é constituída para os contratos de previdência complementar e de VGBL que concedem aos participantes garantia mínima de rentabilidade e crédito de parcela dos rendimentos que excedem os juros e/ou à atualização monetária garantidos nos planos, conforme estabelecido em cada contrato. **3.6.10. Provisão para Despesas Relacionadas (PDR):** A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro(ALAE) quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada(ULAE). A ULAE refere-se a despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente. É apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL e na quantidade estimada de sinistros IBNR. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a PDR cobre despesas decorrentes de pagamento de benefícios futuros em função de eventos ocorridos e a ocorrer para os contratos de previdência complementar. O cálculo da PDR consiste em projetar o fluxo de pagamentos esperados, descontado para a data-base das demonstrações financeiras, incluindo premissas de persistência média dos participantes na carteira, utilização da tábua de sobrevivência BR-EMS e de entrada em fase de concessão de benefícios. Para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a PDR abrange as despesas relativas somente aos sinistros ocorridos, tendo em vista que a parcela referente aos sinistros a ocorrer já estão contempladas na PPNG. **3.6.11. Outras Provisões Técnicas (OPT):** A Circular SUSEP nº462/2013 determinou que os saldos da Provisão Complementar de Prêmios (PCP), da Provisão de Oscilação de Riscos (POR), da Provisão de Oscilação Financeira (POF) e a soma das Provisões de Insuficiência de Prêmios (PIP) e Insuficiência de Contribuições (PIC) constituídas que excederem o valor do Teste de Adequação de Passivos apurado na data-base de 31/12/2012, devem ser transferidos para OPT e revertidos até o prazo limite de 31/12/2014. A Companhia reverteu, ao longo de 2013, a PCP, a POR e a PIP. Transferiu para OPT apenas a PIC, que foi integralmente revertida em 31 de dezembro de 2014. **3.7. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT):** O CPC 11 requer que as seguradoras que emitam contratos classificados como contratos de seguro analisem a adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. As estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro. Os fluxos de caixa dos prêmios e contribuições futuras foram segregados dos fluxos de caixa relacionados a prêmios e contribuições registradas, não havendo compensação, no resultado do teste, entre os dois fluxos. O resultado do teste foi apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista foi trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) divulgada pela SUSEP. Para os contratos de previdência, foi usada a tábua BR-EMS para a estimativa de sobrevivência e para as estimativas de conversão em renda vitalícia, cancelamento e resgate foram utilizados dados de 3 anos de experiência da Companhia. Nos fluxos de caixa relacionados a contribuições registradas, eventuais déficits na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos e a Conceder não são compensados. Os fluxos de caixa referentes à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos relacionados a contribuições registradas, foram descontados a valor presente com base na ETTJ, e deduzidos da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos garantidores das provisões técnicas, classificados como mantidos até o vencimento. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) referente à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) é de R\$ 23.151 mil (R\$22.906 mil em 2013). Para as operações de seguros também foi realizado o teste de adequação de passivos e não ocorreu insuficiência nas provisões, sendo assim não houve necessidade de constituição adicional. Para alguns contratos de seguro de vida individual com a figura de estipulante, os fluxos de caixa dos sinistros e despesas futuras deduzidos dos correspondentes prêmios futuros foram descontados a valor presente com base na ETTJ livre de risco pré-fixada. Devido à insuficiência dos prêmios dessa carteira, o cálculo resultou em constituição de PCC, no valor de R\$ 48.000 mil (R\$45.498 mil em 2013). Para os contratos de seguros de vida individual em regime financeiro de capitalização, os fluxos de caixa dos sinistros e despesas futuras foram descontados a valor presente com base na ETTJ livre de risco pré-fixada. Importante ressaltar que prêmios futuros não são deduzidos do fluxo uma vez que essa carteira está remida. Tendo em vista que o valor provisionado em OPT foi revertido, foi necessária constituição adicional de PCC, no valor de R\$ 6.633 mil (R\$6.911 mil em 2013). Quando aplicável, deficiências encontradas no teste de adequação são contabilizadas na PCC, com contrapartida no resultado. **3.8. Provisões para ações judiciais:** **3.8.1. Cíveis e trabalhistas:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis e trabalhistas. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelo Departamento Jurídico interno, pelos consultores legais independentes e pela Administração da Companhia. No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, o respectivo grau de risco, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. As regras de provisionamento acima também se aplicam aos processos judiciais trabalhistas, cujo autor é ex-empregado ou ex-prestador de serviços da Companhia. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas pelo IPCA e juros de 9,36% ao ano nos processos cíveis e pela TR e juros de 9,36% ao ano nos processos trabalhistas. As provisões para processos judiciais estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante nas rubricas "Provisões judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.8.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas mensalmente e atualizadas pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os

valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica "Provisões judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.9. Benefícios pós-emprego:** O benefício compreende o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Os custos com o PGBL são reconhecidos no resultado pelo valor das contribuições efetuadas. **3.10. Incentivo em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA à seus administradores e o plano é precificado com base no modelo Black-Scholes para as opções simples, para os programas de 2008 a 2010, e no modelo binomial para as opções simples emitidas nos programas de 2011 e 2012. A partir de 2013, o plano foi reformulado e passou a ter somente outorga de incentivos de ações bonificadas. Neste atual plano de incentivos em ações, o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da Companhia, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é reconhecido pela Companhia a partir da data de outorga, na rubrica "Despesas administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras contas a pagar". Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 16.2). **3.11. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.12. Contratos de seguro:** O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguro". A Administração analisou seus negócios para determinar quais de suas operações caracterizam-se como "contrato de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11. **3.13. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, provisões técnicas, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletido na provisão para ações judiciais, e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo dos equivalentes de caixa (nota 6); • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 7); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 10.3); • Movimentação dos custos de aquisição diferidos (nota 11); • Provisão de sinistros a liquidar e IBNR (nota 15); e • Ações judiciais e obrigações fiscais (nota 18). **3.14. Ativos e passivos sem vencimento:** A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações judiciais e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica de processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Companhia. Para as provisões técnicas atuariais que não guardam relação com prazo de vencimento, a Companhia determina a segregação entre circulante e não circulante de acordo com a frequência histórica. No caso de contas como "Depósitos de terceiros" devido à natureza e ao giro da operação, a Companhia classifica todo o montante em circulante. **3.15. Normas emitidas e revisadas:** (a) **Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Alterações e novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente:** No exercício corrente, a Companhia aplicou diversas emendas e novas interpretações às normas IFRS e aos CPC emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, inclusive. A Companhia avaliou as revisões e alterações de normas a seguir e verificou que não há impacto em suas demonstrações financeiras. • **IAS 36/CPC01(R1) - Redução no valor recuperável de ativo (Impairment of assets) (alteração):** A versão revisada da norma trás alterações em divulgação, adaptando-a aos requerimentos do IFRS 13 / CPC 46 - Mensuração ao valor justo e requerendo a divulgação do valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) quando mensurados ao valor justo menos o custo de alienação. A atual versão da norma retira a obrigação de divulgação do montante recuperável de uma UGC para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado à unidade geradora de caixa. • **IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração (Financial Instruments: Recognition and measurement) (alteração):** A alteração na norma fala sobre o hedge accounting e que não há a necessidade de descontinuar-lo no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições. A Companhia não tem hedge accounting em suas demonstrações financeiras. • **IAS 32/CPC39 - Instrumentos financeiros: Apresentação (Financial Instruments: Presentation) (alteração):** A alteração da norma trás esclarecimentos sobre os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros e o direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido e realizar o ativo e liquidar passivo simultaneamente. Em relação à nova interpretação, a seguir: • **IFRIC 21 - Taxas governamentais (Levies) (nova interpretação):** A Companhia aplicou o IFRIC 21 pela primeira vez no exercício atual. Esta norma endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos por um governo. A aplicação dessa interpretação pela Companhia não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Alterações e novas interpretações revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** • **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento):** Introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A companhia ainda está avaliando os impactos da nova norma em suas demonstrações financeiras e aos possíveis efeitos na política de investimentos e no gerenciamento de ativos e passivos (ALM). • **IFRS 15 - Receita de contratos com clientes:** A nova norma introduz a obrigação de reconhecer a receita quando representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no que reflete a consideração de qual montante esperado que seja capaz de ser trocado por aqueles bens ou serviços e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017 (inclusive), porém não é aplicável a contratos de seguros e, não é relevante para a Companhia. (b) **Receta Federal do Brasil (RFB):** Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/2014 que traz alterações na legislação tributária federal e tem por objetivo harmonizar as regras que regem os tributos federais com os novos critérios e procedimentos contábeis implantados pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 (normas contábeis internacionais - IFRS), extinguindo o Regime Tributário de Transição (RTT). A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015 com a opção de adoção antecipada já a partir de 1º de janeiro de 2014. A Companhia avaliou a norma e concluiu que não há efeitos relevantes e que não irá adotar a norma antecipadamente e sim, a partir de 1º de janeiro de 2015 (inclusive). **4. Gestão de riscos:** A SulAmérica investe no desenvolvimento contínuo de seus protocolos de gestão dos riscos resultantes de seus contratos e processos, inspirada nas melhores práticas internacionais. O gerenciamento dos riscos corporativos é realizado de forma integrada entre as linhas de defesa da SulAmérica que compreende as unidades de negócios, as áreas corporativas de gestão de riscos, compliance e controles internos, a estrutura de comissão permanente e comitê colegiados de gestão de riscos e o suporte da área de auditoria interna. A estrutura desenvolvida permitiu a SulAmérica implementar um processo contínuo e evolutivo, estabelecido pelo conselho de administração, supervisionado pelo comitê de auditoria e executado pelo corpo executivo em processos integrados de identificação dos riscos, quantificação, reporte, monitoramento e planos de ação de resposta às ameaças que estejam em desacordo com o apetite a riscos estabelecido na organização. Com a finalidade de suportar o alcance dos objetivos estabelecidos, o processo de gestão de riscos compreende todos os riscos corporativos, incluindo, mas não limitado aos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional. Nas informações referentes à gestão de riscos (nota 4) não são considerados os montantes de R\$ 3,3 bilhões (R\$ 2,9 bilhões em 2013) referentes a aplicações financeiras relativos aos produtos PGBL e VGBL, fase de acumulação de benefícios, tendo em vista que o risco de mercado assumido por estes investimentos contratualmente é de responsabilidade do participante e não da SulAmérica. Desta forma, estes montantes não apresentam risco para a SulAmérica no período de apuração. **4.1. Riscos de concentração das operações:** A Companhia possui operações em todo o território nacional. As linhas de produtos de vida e previdência estão concentradas na região sudeste. A tabela abaixo mostra a concentração dos prêmios diretos por região e por classe de negócio.

Região	Vida em grupo		Pessoas demais		Previdência		Outros	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Sudeste	70,8%	57,5%	41,5%	52,9%	75,8%	76,6%	63,7%	63,6%
Norte	2,2%	2,5%	1,4%	1,3%	1,4%	1,6%	2,0%	2,2%
Nordeste	6,3%	17,2%	3,9%	6,3%	8,8%	9,1%	14,6%	14,5%
Centro Oeste	4,0%	4,6%	6,0%	5,7%	2,0%	2,7%	2,7%	2,5%
Sul	16,7%	18,2%	47,2%	33,8%	12,0%	10,0%	17,0%	17,2%
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

4.2. Risco de subscrição: A emissão de apólices e contratos rentáveis com segurados e clientes depende do correto dimensionamento dos preços dos produtos bem como da constituição de provisões suficientes para pagamento dos eventos indenizáveis. A SulAmérica possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo a determinação dos preços para cada perfil de cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. O processo de provisionamento é coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias internacionalmente consagradas e adaptadas para as características de cada um dos produtos e comportamento dos clientes. Adicionalmente, a SulAmérica conta com ações específicas em cada linha de negócio para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados como processos de eficiência de custos e inspeções detalhadas na subscrição das apólices, dentre outros. Caso os custos com sinistros ou despesas apuradas estejam acima dos valores estimados, os resultados da Companhia poderão ser diferentes dos esperados. As tabelas a seguir apresentam análise de sensibilidade no resultado e patrimônio líquido para os negócios de pessoas antes e depois da contratação de resseguros.

	2014		2013	
	Bruto de resseguro Resultado antes dos impostos	Líquido de resseguro Resultado após impostos	Bruto de resseguro Resultado antes dos impostos	Líquido de resseguro Resultado após impostos
Premissas				
Aumento de 1% na sinistralidade	(3.831)	(2.299)	(3.683)	(2.210)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(618)	(371)	(618)	(371)
Aumento de 1% nos custos de aquisição	(1.290)	(774)	(1.290)	(774)

	2014		2013	
	Bruto de resseguro Resultado antes dos impostos	Líquido de resseguro Resultado após impostos	Bruto de resseguro Resultado antes dos impostos	Líquido de resseguro Resultado após impostos
Premissas				
Aumento de 1% na sinistralidade	(3.596)	(2.158)	(3.497)	(2.098)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(328)	(197)	(328)	(197)
Aumento de 1% nos custos de aquisição	(1.115)	(669)	(1.115)	(669)

• Administrativo

Ano	R\$ milhões									
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Provisão de sinistros contabilizada	134,13	109,93	107,92	89,86	95,12	96,57	99,37	103,27	106,35	96,20
Efeito do desconto financeiro	(5,25)	(4,50)	(4,06)	(6,60)	(6,66)	(6,94)	(5,93)	(4,72)	(4,37)	(3,77)
Provisão de sinistros sem desconto financeiro	139,38	114,43	111,98	96,46	101,78	103,51	105,30	107,99	110,72	99,97
Estimativa de sinistros acumulada:										
No final do ano	139,38	114,43	111,98	96,46	101,78	103,51	105,30	107,99	110,72	99,97
Um ano depois	125,42	99,05	80,69	107,56	101,22	103,57	118,39	141,50	105,50	-
Dois anos depois	123,71	88,82	86,84	107,46	94,83	102,81	130,21	145,50	-	-
Três anos depois	117,20	97,40	86,73	102,33	92,11	109,64	131,99	-	-	-
Quatro anos depois	125,33	97,81	83,37	101,33	96,92	110,59	-	-	-	-
Cinco anos depois	125,96	95,97	83,31	105,61	97,02	-	-	-	-	-
Seis anos depois	125,21	96,07	87,56	106,06	-	-	-	-	-	-
Sete anos depois	125,90	100,03	88,10	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos depois	129,03	100,68	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos depois	129,69	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa de sinistros em 2014	129,69	100,68	88,10	106,06	97,02	110,59	131,99	145,50	105,50	99,97
Pagamentos acumulados até 2014	128,69	98,97	85,89	103,39	93,67	105,61	123,85	131,71	78,68	-
Responsabilidade reconhecida em 2014	1,00	0,70	0,50	0,46	0,68	1,63	3,16	5,64	13,03	73,14
Desconto financeiro reconhecido em 2014	(0,01)	(0,01)	(0,02)	(0,04)	(0,07)	(0,12)	(0,20)	(0,35)	(0,65)	(2,31)

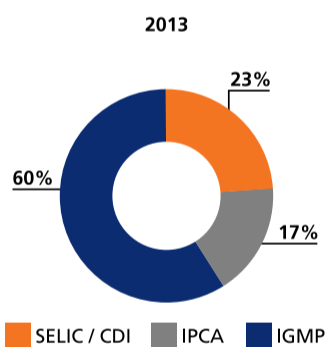
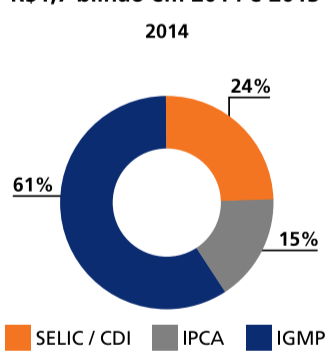
A evolução de sinistros administrativos não considera, em 31/12/2014, R\$2,0 milhões (R\$2,2 milhões em 2013) de ULAE, R\$8,5 milhões (R\$8,4 milhões em 2013) de sinistros de vida individual em regime de capitalização e R\$2,1 milhões (R\$2,1 milhões em 2013) de retrocessão.

• Judicial

Ano	R\$ milhões						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Reserva de sinistros contabilizada	152,83	124,96	138,83	106,48	94,36	108,95	102,72
Efeito do desconto financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de sinistros sem desconto financeiro	152,83	124,96	138,83	106,48	94,36	108,95	102,72
Estimativa de sinistros acumulada:							
No final do ano	152,83	124,96	138,83	106,48	94,36	108,95	102,72
Um ano depois	126,74	143,74	121,40	98,57	105,48	107,53	-
Dois anos depois	151,72	131,27	116,17	109,68	104,80	-	-
Três anos depois	139,77	125,69	122,28	107,27	-	-	-
Quatro anos depois	132,99	134,57	120,01	-	-	-	-
Cinco anos depois	136,91	130,22	-	-	-	-	-
Seis anos depois	133,10	-	-	-	-	-	-
Estimativa de sinistros em 2014	133,10	130,22	120,01	107,27	104,80	107,53	102,72
Pagamentos acumulados até 2014	108,61	96,05	80,71	54,74	39,60	24,01	-
Responsabilidade reconhecida em 2014	24,49	9,67	5,14	13,23	12,67	18,32	19,20

A evolução de sinistros judiciais não considera, em 31/12/2014, R\$21,1 milhões (R\$21,9 milhões em 2013) de IBNR Judicial e R\$6,9 milhões (R\$17 milhões em 2013) de PSL Judicial de vida individual em regime de capitalização. **4.3. Risco de mercado:** Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos financeiros ou de seguros, inclui o risco de oscilação nos investimentos devido a flutuações de taxa de juros, preço de ações, oscilações de câmbio ou variações nos passivos de seguros decorrentes de mudanças nas variáveis macroeconômicas como, por exemplo, a inflação. A gestão dos investimentos da companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos da SulAmérica. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas da tempestividade de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. Diariamente e de acordo com a política de investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizado testes de stress (Stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Em decorrência do processo de ALM, está demonstrada a seguir a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2014 e 2013, contemplando os saldos depositados em conta corrente, as operações compromissadas e o contas a pagar e a receber dos fundos de investimentos exclusivos.

Investimento por indexador sem PGBL e VGBL R\$1,7 bilhão em 2014 e 2013



A tabela abaixo apresenta a exposição residual ao risco de inflação e de renda variável.

Exposição ao risco de renda variável e inflação	R\$ milhões	
	2014	2013
Renda variável *	R\$16	R\$15
Indexados a inflação *	R\$147.678	R\$117.029

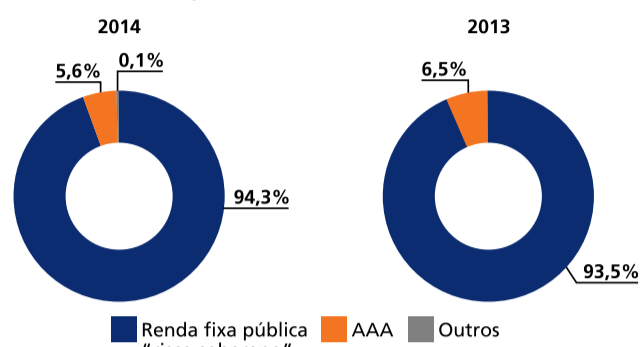
* Valores não vinculados às operações de planos PGBL e VGBL. O saldo de renda variável dos ativos vinculados às operações de previdência PGBL e VGBL é de R\$154.574 em 31/12/2014 (R\$201.079 em 2013), os quais não representam riscos para a Companhia. **4.4. Risco de Liquidez:** A política de investimentos da SulAmérica prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros. A Companhia realiza projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez da Companhia. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2014 e 2013, excluídos os saldos de PGBL e VGBL.

Descrição	2014					Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil
	Até 02 anos ou sem vencimento	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Mais de 10 anos					
Instrumentos Financeiros										
Aplicações Financeiras	201.420	338.522	394.429	763.943	1.698.314	1.837.414	139.100	-	1.682.525	
Valor justo por meio do resultado	93.374	92.102	18.572	-	204.048	203.929	(119)	-	203.929	
Disponível para venda	54.598	158.462	150.639	11.430	375.129	359.459	(15.670)	-	359.459	
Mantido até o vencimento	53.448	87.958	225.218	752.513	1.119.137	1.274.026	154.889	-	1.119.137	
Seguros e resseguros										
Provisões técnicas (1)	470.900	235.806	241.992	390.639	-	-	-	135.259	1.474.596	
Ativos de resseguros	5.617	270	14	2	-	-	-	186	6.089	
Passivos										
Seguros	236.321	59.714	1.779	34	-	-	-	101.912	399.760	
Previdência	240.196	176.362	240.227	390.607	-	-	-	33.533	1.080.925	

Descrição	2013					Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil
	Até 02 anos ou sem anos e até 05 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Mais de 10 anos					
Instrumentos Financeiros										
Aplicações Financeiras	230.626	352.482	348.985	742.756	1.674.849	1.790.658	115.809	-	1.656.892	
Valor justo por meio do resultado	94.953	96.496	5.815	-	197.264	197.235	(29)	-	197.235	
Disponível para venda	85.615	173.215	129.679	10.762	399.271	381.343	(17.928)	-	381.343	
Mantido até o vencimento	50.058	82.771	213.491	731.994	1.078.314	1.212.080	133.766	-	1.078.314	
Seguros e resseguros										
Provisões técnicas (1)	449.467	247.977	265.817	387.410	-	-	-	195.756	1.546.427	
Ativos de resseguros	4.087	89	14	-	-	-	-	600	4.790	
Passivos										
Seguros	237.109	94.435	16.375	6.464	-	-	-	72.188	426.571	
Previdência	216.445	153.631	249.456	380.946	-	-	-	124.168	1.124.646	

(1) Em 31/12/2014 há na coluna "Outras", principalmente R\$21.058 de IBNC (R\$21.896 em 2013), R\$15.007 de PMBAC (R\$14.932 em 2013) e R\$88.810 de Outras Provisões Técnicas (R\$137.513 em 2013). A legislação em vigor prevê alguns redutores que são usados na apuração dos passivos que as seguradoras devem oferecer garantias com ativos específicos e portanto, esta informação deve ser analisada em conjunto com a nota 15.3. O critério de apresentação dos instrumentos financeiros utilizado na tabela por idade foi pela data de vencimento destes ativos. No entanto, alguns instrumentos financeiros possuem liquidez imediata apesar de estarem distribuídos pelas diversas faixas da tabela, sendo na sua totalidade suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas. **4.5. Risco de crédito:** Decorrente do não cumprimento de contratos, o risco de crédito pode afetar significativamente os resultados da Companhia caso os emissores de créditos privados não honrem com os pagamentos nas datas previstas ou ainda os resseguradores com quais a Companhia opera não honrem os contratos para pagamentos dos sinistros ressegurados. Em relação ao monitoramento da inadimplência de seus segurados, a Companhia realiza redução ao valor recuperável dos prêmios a receber de acordo com as melhores práticas e legislação vigente (ver informação adicional na nota 8). A Companhia considera em sua política de investimentos limites específicos para contratação de crédito privado e conta com um Comitê de Crédito que avalia o risco de cada emissor. Os gráficos a seguir apresentam a classificação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 2014 um percentual de 99,9% (100% em 2013) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos de maior rating possível, segundo as agências classificadoras Fitch, S&P e Moody's (classe AAA).

Investimento por categoria de riscos sem PGBL e VGBL R\$1,7 bilhão em 2014 e 2013



Em relação a exposição ao risco de crédito com os resseguradores, a Companhia possui política específica para contratação de resseguros considerando na contratação o risco de crédito de cada uma das contrapartes (avaliado através de seu rating). As tabelas abaixo apresentam a exposição com os resseguradores no exercício. A política de colocação de resseguro exige que os contratos sejam realizados com resseguradores com rating superior a A, salvo exceções aprovadas diretamente pelo Comitê de Riscos da organização. Esta governança implica em um baixo risco de crédito derivado dos contratos de resseguro.

Ramos	2014	2013
Vida em grupo	16.990	8.415
Pessoas demais	2.024	3.066
Previdência	1.105	1.399
Outros	-	-
Total	20.119	12.880

Classe	Categoria de risco	2014		2013	
		Exposição	%	Exposição	%
Local	A-	16.642	82,7%	12.599	97,8%
Local	AA-	3.397	16,9%	281	2,2%
Eventual	AA-	80	0,4%	-	0,0%
		20.119	100%	12.880	100%

Ressegurador local: Ressegurador sediado no país, constituído sob a forma de sociedade anônima, que tenha por objeto exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão; **Ressegurador eventual:** Empresa resseguradora estrangeira sediada no exterior, sem escritório de representação no país, que, atendendo a legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrada como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão. Em 31/12/2014, há R\$4.856 (R\$4.311 em 2013) em exposição com resseguradores referente a sinistros judiciais não ordinários (casos especiais) com probabilidade de êxito "possível", para os quais o CPC 25 determina que não sejam provisionados, apenas divulgados. **4.6. Risco operacional:** O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos macroprocessos organizacionais e com o uso de dicionário específico envolvendo os gestores da organização. Para a quantificação destes riscos, são utilizadas auto-avaliações além de insumos oriundos de uma base de perdas operacionais. Todo o processo é realizado de forma sistemática e atualizado periodicamente gerando insumos para a área de gestão de riscos corporativos, controles internos e auditoria interna. Através destes insumos, os macroprocessos são avaliados de acordo com o apetite a riscos estabelecidos e planos de ação são determinados para os casos identificados com risco alto. A gestão dos riscos operacionais conta ainda com o desenvolvimento do plano de continuidade de negócios, tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prevenir o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise, evitando e minimizando perdas financeiras para a Companhia e seus segurados. **4.7. Gestão do capital:** A Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Além, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para cada tipo de negócio e risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Os modelos são periodicamente revisados e calibrados pela equipe de modelagem e gestão de riscos corporativos. Os resultados destas análises são transformados em métricas de acompanhamento, divulgadas e discutidas em reuniões específicas pela alta administração. A tabela abaixo demonstra a suficiência do capital regulatório em relação ao PLA apurado no exercício.

Descrição	2014
Patrimônio líquido contábil	405.517
Deduções:	
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(1.426)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	(46.722)
Ativos intangíveis	(2.098)
Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)	355.271
Capital base (b)	15.000
Capital de risco (c)	218.691
Capital de risco de subscrição (d)	200.826
Capital de risco operacional (e)	3.878
Capital de risco de crédito (f)	25.668
Capital de risco de mercado (g)	-
CRM = Maior entre capital base e capital de risco (i)	218.691
Suficiência de capital - R\$ (j) = (a) - (i)	136.580
Suficiência de capital - % (k) = (j) / (a)	38,44%

5. Instrumentos financeiros derivativos: Conforme políticas de investimento e de alocação de recursos pré-definidas e aprovadas pela Administração, são permitidas para a Companhia a contratação de operações com derivativos. Para a Companhia, a manutenção de instrumentos financeiros derivativos, através de contratos futuros e de opções, podendo ser mantidos nos fundos de investimentos exclusivos, tem por finalidade única a proteção à flutuação das taxas de juros. No caso dos fundos exclusivos dos planos PGBL e VGBL, além dos contratos futuros atrelados a taxa de juros, a Companhia também utiliza contratos futuros atrelados ao Índice Bovespa e dólar, em consonância com a política de investimento desses fundos. Os ganhos e perdas decorrentes desses contratos futuros não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência. A utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia está de acordo com as normas vigentes emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo CNSP. Estas normas dispõem sobre os critérios para a realização de investimentos pela Companhia. Em 31/12/2014 e 2013, a Companhia possuía instrumentos financeiros derivativos somente nos fundos de investimentos de PGBL e VGBL os quais estão classificados no nível 2 como demonstrado a seguir:

Descrição	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor a receber/pagar		Valor a pagar/pago
		2014	2013	2014	2013	
Contratos Futuros						

5.2. Margens dadas em garantia: Em 31/12/2014 e 2013, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros e de opções mantidos nos fundos de PGBL e de VGBL, e classificados como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, são compostas conforme demonstradas a seguir:

2014			
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	Março/2015	3.327	21.747
LFT	Setembro/2015	45	294
LFT	Setembro/2017	12	78
LFT	Março/2018	2.010	13.110
LFT	Setembro/2018	780	5.085
LFT	Março/2019	3.480	22.679
LFT	Março/2020	2.345	15.269
LTN	Setembro/2020	401	2.610
LTN	Abril/2015	350	340
NTN-B	Janeiro/2017	800	621
NTN-B	Mai/2045	300	706
Total		13.850	82.539

7. Aplicações: 7.1. Composição das aplicações:

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva / contábil	Valor de mercado		
Títulos de renda fixa - privados	-	-	92.760	93.392	-	-	-	93.392
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado IPCA	-	-	3.511	3.250	-	-	IPCA+5,1%a.a.	3.250
Letras financeiras	-	-	89.249	90.142	-	-	110,83%CDI	90.142
Títulos de renda fixa - públicos	47.813	47.775	282.273	266.050	422.462	458.571	-	736.287
Letras financeiras do tesouro	47.813	47.775	105.960	105.898	-	-	SELIC	153.673
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Série B - pós-fixado IPCA	-	-	176.313	160.152	97.168	98.136	IPCA+4,95%a.a.	257.320
Série C - pós-fixado IGP-M	-	-	-	-	325.294	360.435	IGPM+7,77%a.a.	325.294
Títulos de renda variável	-	-	96	17	-	-	-	17
Ações	-	-	96	113	-	-	-	113
Impairment	-	-	-	(96)	-	-	-	(96)
Cotas de fundos de investimentos	3.528.717	3.514.295	-	-	696.958	815.744	-	4.211.253
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	45.153	45.153	-	-	-	-	-	45.153
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	3.483.564	3.469.142	-	-	696.958	815.744	-	4.166.100
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	64.503	64.537	-	-	-	-	104,56%CDI	64.537
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	91.821	92.272	-	-	-	-	106,79%CDI	92.272
Pós-fixado IPCA	6.543	6.655	-	-	-	-	IPCA+5,7%a.a.	6.655
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré-fixado	5.083	4.919	-	-	-	-	10,93%a.a.	4.919
Pós-fixado CDI	109.157	109.250	-	-	-	-	103,81%CDI	109.250
Pós-fixado IPCA	58.223	53.377	-	-	-	-	IPCA +4,99%a.a.	53.377
Letras financeiras	789.119	793.999	-	-	-	-	107,7%CDI	793.999
Notas promissórias	26.212	26.212	-	-	-	-	105,52%a.a.	26.212
Letras financeiras do tesouro	1.382.791	1.382.478	-	-	-	-	SELIC	1.382.478
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré-fixado	174.706	173.874	-	-	-	-	9,92%a.a.	173.874
Títulos da dívida agrária	5.362	5.374	-	-	-	-	TR+11,21%a.a.	5.374
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Série F - pré-fixado	437.012	428.424	-	-	-	-	12%a.a.	428.424
Série B - pós-fixado IPCA	75.625	70.365	-	-	283	289	IPCA +5,22%a.a.	70.648
Série C - pós-fixado IGP-M	-	-	-	-	696.675	815.455	IGPM + 7,92%a.a.	696.675
Operações compromissadas	68.118	68.118	-	-	-	-	SELIC	68.118
Ações	154.575	154.574	-	-	-	-	-	154.574
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	40.883	40.883	-	-	-	-	-	40.883
Outros	(6.169)	(6.169)	-	-	-	-	-	(6.169)
TOTAL	3.576.530	3.562.070	375.129	359.459	1.119.420	1.274.315	-	5.040.949
Percentual de participação nas aplicações financeiras		71%		7%	22%			100%
Outras aplicações								295
Total								5.041.244
Circulante								3.975.522
Não circulante								1.065.722

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva / contábil	Valor de mercado		
Títulos de renda fixa - privados	-	-	105.060	105.346	-	-	-	105.346
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	-	-	10.702	10.705	-	-	104,5%CDI	10.705
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	-	-	17.830	17.842	-	-	110,07%CDI	17.842
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado IPCA	-	-	3.294	3.012	-	-	IPCA +5,1%a.a.	3.012
Letras financeiras	-	-	73.234	73.787	-	-	111,03%CDI	73.787
Títulos de renda fixa - públicos	35.353	35.335	294.115	275.981	403.564	436.673	-	714.880
Letras financeiras do tesouro	35.353	35.335	93.350	93.251	-	-	SELIC	128.586
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Série B - pós-fixado IPCA	-	-	200.765	182.730	91.046	92.743	IPCA +5,14%a.a.	273.776
Série C - pós-fixado IGP-M	-	-	-	-	312.518	343.930	IGPM + 7,75%a.a.	312.518
Títulos de renda variável	-	-	96	16	-	-	-	16
Ações	-	-	96	112	-	-	-	112
Impairment	-	-	-	(96)	-	-	-	(96)
Cotas de fundos de investimentos	3.120.579	3.084.738	-	-	675.010	775.681	-	3.759.748
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	32.377	32.377	-	-	-	-	-	32.377
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	3.088.202	3.052.361	-	-	675.010	775.681	-	3.727.371
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	104.752	104.798	-	-	-	-	108,81%CDI	104.798
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	138.449	139.187	-	-	-	-	CDI	139.187
Pós-fixado IPCA	5.859	5.879	-	-	-	-	IPCA +5,7%a.a.	5.879
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré-fixado	6.329	6.156	-	-	-	-	10,02%a.a.	6.156
Pós-fixado CDI	82.440	82.504	-	-	-	-	113,14%CDI	82.504
Pós-fixado IPCA	54.667	49.928	-	-	-	-	IPCA +4,99%a.a.	49.928
Letras financeiras	467.933	470.765	-	-	-	-	110,44%CDI	470.765
Notas promissórias	10.201	10.201	-	-	-	-	104,45%CDI	10.201
Letras financeiras do tesouro	1.058.574	1.058.435	-	-	-	-	SELIC	1.058.435
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré-fixado	135.468	133.166	-	-	-	-	9,72%a.a.	133.166
Títulos da dívida agrária	10.365	10.511	-	-	-	-	TR+11,3%a.a.	10.511
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Série F - pré-fixado	30.844	30.844	-	-	-	-	10,91%a.a.	30.844
Série B - pós-fixado IPCA	297.824	273.483	-	-	259	274	IPCA +5,12%a.a.	273.742
Série C - pós-fixado IGP-M	-	-	-	-	674.751	775.407	IGPM + 8,49%a.a.	674.751
Operações compromissadas	456.783	456.783	-	-	-	-	SELIC	456.783
Ações	209.072	201.079	-	-	-	-	-	201.079
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	19.598	19.598	-	-	-	-	-	19.598
Outros	(956)	(956)	-	-	-	-	-	(956)
TOTAL	3.155.932	3.120.073	399.271	381.343	1.078.574	1.212.354	-	4.579.990
Percentual de participação nas aplicações financeiras		68%		8%	24%			100%
Outras aplicações								297
Total								4.580.287
Circulante								3.501.679
Não circulante								1.078.608

7.2. Movimentação das aplicações:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo em 01/01/2013	3.016.124	437.939	886.954	4.341.017
Aplicações	105.959.343	250.126	134.259	106.343.728
Rendimento resgate (a)	(289.616)	(26.563)	(68.789)	(384.968)
Principal resgate	(105.704.448)	(287.842)	-	(105.992.290)
Resultado financeiro	86.493	37.053	126.150	249.696
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	52.177	-	-	52.177
Ajuste a valor de mercado	-	(29.370)	-	(29.370)
Saldo em 31/12/2013	3.120.073	381.343	1.078.574	4.579.990

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo em 31/12/2013	3.120.073	381.343	1.078.574	4.579.990
Aplicações	79.451.960	185.128	-	79.637.088
Rendimento resgate (a)	(768.367)	(31.033)	(82.091)	(881.491)
Principal resgate	(78.537.690)	(221.279)	-	(78.758.969)
Resultado financeiro	287.607	43.191	122.937	453.735
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	8.487	-	-	8.487
Ajuste a valor de mercado	-	2.109	-	2.109
Saldo em 31/12/2014	3.562.070	359.459	1.119.420	5.040.949

a) O valor desta linha na classificação "Mantido até o vencimento" se refere aos juros e correção monetária recebidos semestralmente do título NTN-C.

7.3. Análise de sensibilidade das aplicações: As análises de sensibilidade das aplicações foram elaboradas considerando: (i) A metodologia de VaR paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. A seguir, apresentamos o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e do ganho ou perda com a oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

2014		
Fatores de Risco	VaR 95%	DV01=0,01%
Pré-fixado	(34)	(2)
IPCA	939	80
Taxa referencial	(1)	-
Total	904	78

2013		
Fatores de Risco	VaR 95%	DV01=0,01%
Pré-fixado	-	(3)
IPCA	873	85
Taxa referencial	4	(1)
Outros	(43)	-
Total	834	81

Os ativos referenciados a CDI e SELIC, não apresentam DV01 devido a effective duration ser de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais fatores de risco não apresentaram resultados significativos devido a sua baixa volatilidade (inferiores a R\$1). O risco residual é representado pela exposição em inflação, que calculado através da metodologia VaR, em 31/12/2014, foi de R\$1.052 (R\$604 em 2013). Para o cálculo foram confrontados ativos e passivos financeiros indexados à inflação.

7.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Durante o ano de 2014 e no ano de 2013, não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo.

Nível 1: T

8.2. Prêmios a receber por vencimento: Os prêmios a receber por vencimento estão distribuídos da seguinte forma:

	2014	2013
A vencer		
A vencer entre 01 e 30 dias	42.335	26.377
A vencer entre 31 e 60 dias	4.587	4.364
A vencer entre 61 e 180 dias	16.677	9.135
A vencer entre 181 e 365 dias	6.586	421
A vencer acima de 365 dias	407	94
Total	70.592	40.391
Redução ao valor recuperável	(3.703)	(1.821)
Total de prêmios a vencer	66.889	38.570
Vencidos		
Vencidos entre 01 e 30 dias	4.728	12.275
Vencidos entre 31 e 60 dias	1.628	1.064
Vencidos entre 61 e 180 dias	4.353	3.198
Vencidos entre 181 e 365 dias	4.426	3.060
Vencidos acima de 365 dias	12.309	9.013
Total	27.444	28.610
Redução ao valor recuperável	(14.152)	(10.663)
Total de prêmios vencidos	13.292	17.947
Total de prêmios a receber	98.036	69.001
Total da redução ao valor recuperável (a)	(17.855)	(12.484)
Total	80.181	56.517

(a) A redução ao valor recuperável é analisada com base nos prêmios vencidos e a vencer de riscos decorridos, líquidos de comissão e Impostos sobre Operações Financeiras (IOF). A análise do risco de crédito de pessoa jurídica é efetuada com base em tabela de pontuação (rating) de probabilidade de perda, e para pessoa física é efetuada com base no percentual histórico de recuperação de prêmios vencidos. Os prêmios a receber de riscos a decorrer são normalmente

cancelados após 32 e 60 dias de inadimplência, dependendo do ramo de seguro.

9. Ativos e passivos de resseguro: **9.1. Operações com resseguradoras:**

Descrição	Ativo		Passivo	
	2014	2013	2014	2013
IRB - Conta movimento (a)	-	1.830	6	-
Adiantamento de sinistro	-	-	-	598
Recuperação de indenização e prêmios líquidos de comissões	6.833	3.922	2.868	1.532
Outros	-	-	-	205
Total	6.833	5.752	2.874	2.335
Circulante	6.833	5.752	2.874	2.335

(a) Contempla operações com o IRB relativas a prêmios, sinistros e ressarcimentos. As operações com resseguradoras estão classificadas no circulante devido as características das operações, liquidadas em até 365 dias. **9.2. Ativos de resseguro e retrocessão - Provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros:**

Descrição	Pessoas		Vida Individual		Previdência		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Saldo em 01/01/2013	2.927	2.494	84	5505	-	-	-	-
Adições/Baixas	1.743	(966)	-	777	-	-	-	-
Varição cambial	282	-	-	282	-	-	-	-
Varição IBNR	(1.652)	(115)	(53)	(1.820)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2013	3.300	1.413	31	4.744	-	-	-	-
Outros ativos de resseguros	-	-	46	46	-	-	-	-
Total	3.300	1.413	77	4.790	-	-	-	-
Circulante	-	-	-	-	3.682	-	-	-
Não circulante	-	-	-	-	1.108	-	-	-

Descrição	Pessoas		Vida Individual		Previdência		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Saldo em 31/12/2013	3.300	1.413	31	4.744	-	-	-	-
Adições/Baixas	(1.366)	(520)	-	(1.886)	-	-	-	-
Varição cambial	244	-	-	244	-	-	-	-
Varição IBNR	2.580	305	-	2.885	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2014	4.758	1.198	31	5.987	-	-	-	-
Outros ativos de resseguros	-	-	102	102	-	-	-	-
Total	4.758	1.198	133	6.089	-	-	-	-
Circulante	-	-	307	4.345	-	-	-	-
Não circulante	-	-	102	1.744	-	-	-	-

10. Créditos e débitos tributários e previdenciários e tributos diferidos:

10.1. Créditos e débitos tributários diferidos:

Descrição	2014		2013	
	2014	2013	2014	2013
Impostos a compensar/ recuperar (nota 10.2)	424	1.093	-	-
Créditos tributários (nota 10.3, a)	130.512	142.081	-	-
Débitos tributários (nota 10.3, b)	(18.759)	(15.704)	-	-
Total	112.177	127.470	-	-
Circulante	307	1.064	-	-
Não circulante	111.870	126.406	-	-

Os créditos tributários são registrados no não circulante de acordo com a expectativa de realização.

10.2. Tributos a compensar/recuperar:

Descrição	Saldo em 01/01/2013		Atualização monetária	Pagamento/ baixas	Saldo em 31/12/2013
	2013	2014			
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.224	15.820	11	(17.848)	207
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	836	6.940	2	(7.709)	69
Programa de Integração Social - PIS	27	10	-	(18)	19
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	133	47	-	(93)	87
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	711	-	-	-	711
Total	3.931	22.817	13	(25.668)	1.093
Circulante	-	-	-	-	1.064
Não circulante	-	-	-	-	29

Descrição	Saldo em 31/12/2013		Atualização monetária	Pagamento / baixas	Saldo em 31/12/2014
	2013	2014			
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	207	84	8	(62)	237
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	69	83	2	(83)	71
Programa de Integração Social - PIS	19	13	-	(11)	21
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	87	61	-	(53)	95
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	711	-	-	(711)	-
Total	1.093	241	10	(920)	424
Circulante	-	-	-	-	307
Não circulante	-	-	-	-	117

10.3. Movimentação de créditos e débitos tributários: As bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos são compostas da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01/01/2013		Consti-tuição	Realização	Saldo em 31/12/2013
	2013	2014			
Provisão para perda em investimentos	39	-	-	-	39
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	44.255	10.459	(1.626)	-	53.088
Redução ao valor recuperável de créditos	4.208	2.547	-	-	6.755
Provisões indedutíveis	1.135	1.004	(861)	-	1.278
Participações nos lucros	149	117	(74)	-	192
Ajuste a valor de mercado	-	21.898	(14.824)	-	7.074
Outros	(257)	257	-	-	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	49.529	36.282	(17.385)	-	68.426

Ano	Imposto de renda	Contribuição social
2004	4.643	29.139
2005	66.052	73.653
2011	35.408	31.850
Saldos a compensar	106.103	134.642

Em 31/12/2014, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social é apresentada conforme demonstrado a seguir:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social
2015	8%	7%
2016	12%	10%
2017	17%	13%
2018	20%	16%
2019	24%	19%
2020	19%	24%
2021	0%	11%
	100%	100%

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais não estão apresentadas no quadro acima, pois dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias. A Companhia possui créditos de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias que não foram registrados contabilmente, cujas bases de cálculo somam, em 31/12/2014, R\$1.849 (R\$1.850 em 2013), e totalizam créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$355 (R\$355 em 2013). Estes créditos não vêm sendo reconhecidos em virtude de não haver expectativas de realização destes valores dentro do prazo previsto pelos órgãos reguladores em 31/12/2014.

11. Movimentação dos custos de aquisição diferidos – seguros e previdência:

Descrição	Seguro direto e cosseguro		Previdência	Total
	cedido	Cosseguro		
Saldo em 01/01/2013	55.660	12.327	10.948	78.935
Custo de aquisição gerado	147.448	3.136	7.813	158.397
Amortização	(119.806)	(6.684)	(11.379)	(137.869)
Cancelamento	(39.670)	(248)	-	(39.918)
RVNE	249	-	-	249
Saldo em 31/12/2013	43.881	8.531	7.382	59.794
Circulante	-	-	-	35.837
Não circulante	-	-	-	23.957

Descrição	Seguro direto e cosseguro		Previdência	Total
	cedido	Cosseguro		
Saldo em 31/12/2013	43.881	8.531	7.382	59.794
Custo de aquisição gerado	131.121	416	6.989	138.526
Amortização	(105.843)	(3.063)	(5.521)	(114.427)
Cancelamento	(28.936)	(665)	-	(29.601)
RVNE	977	-	-	977
Saldo em 31/12/2014	41.200	5.219	8.850	55.269
Circulante	-	-	-	37.514
Não circulante	-	-	-	17.755

12. Contas a pagar: 12.1. Obrigações a pagar:

Descrição	2014		2013	
	2014	2013	2014	2013
Obrigações fiscais (vide nota 18.2)	44.597	35.288	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	4.250	-	-	-
Participações no lucro	2.241	1.571	-	-
Demais	4.531	4.743	-	-
Total	55.619	41.602	-	-
Circulante	11.022	6.314	-	-
Não Circulante	44.597	35.288	-	-

14. Depósitos de terceiros: Os depósitos de terceiros são representados basicamente por cobrança antecipada de prêmios e emolumentos recebidos. Sua distribuição por idade é apresentada a seguir:

Descrição	2014		2013	
	Prêmio direto	Cosseguro	Prêmio direto	Cosseguro
De 01 a 30 dias	3.344	-	3.344	1.788
De 31 a 60 dias	71	2	73	384
De 61 a 120 dias	383	206	589	219
De 121 a 180 dias	168	59	227	268
De 181 a 365 dias	61	864	925	42
Acima de 365 dias	28	3.544	3.572	18
Subtotal	4.055	4.675	8.730	2.719
Total	4.055	4.675	8.730	2.719

12.2 Impostos e contribuições:

Descrição	2014		2013	
	2014	2013	2014	2013
Imposto de renda	12.845	519	-	-
Contribuição social	4.810	178	-	-
Contribuições PIS e COFINS	3.737	1.245	-	-
Outros	-	141	-	-
Total	21.392	2.083	-	-
Circulante	21.392	2.083	-	-

12.3 Outras contas a pagar:

Descrição	2014		2013	
	2014	2013	2014	2013
Fornecedores / compromissos mobiliários a pagar	5.573	4.736	-	-
Honorários advocatícios	61	381	-	-
Excedente técnico	1.460	3.229	-	-
Total	7.094	8.346	-	-
Circulante	7.032	7.945	-	-
Não circulante	62	401	-	-

13. Corretores de seguros e resseguros:

Descrição	2014		2013	
	2014	2013	2014	2013
Seguro direto e cosseguro cedido	19.803	17.480	-	-
Outros	-	1.783	-	-
Total	19.803	19.263	-	-

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2014 são de R\$44.597 (R\$35.288 em 2013), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (vide nota 12.1). **18.3. Obrigações fiscais:** As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais da Companhia, em 31/12/2014 e 2013, são: **18.3.1. COFINS.** A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e previdência e outras receitas. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e previdência privada e, possível, sobre outras receitas. Os valores questionados encontram-se provisionados. **18.3.2. IRPJ.** A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indutível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia impetrou mandado de segurança, obtendo liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Em maio de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou constitucional o dispositivo legal que obteve a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados em sua totalidade. Cumpre ressaltar que a partir de 2008 a Companhia passou a tributar a despesa de contribuição social na base de cálculo do imposto de renda. Os advogados patrocinadores da causa reputam a probabilidade de perda como provável. **18.3.2 CSLL.** Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração de 6% da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda na demanda. **18.4. Provisões judiciais:** A principal ação de provisão judicial em 31/12/2014 e 2013 é: **18.4.1. INSS.** A Companhia vem questionando e depositando judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados encontram-se com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisionados em sua totalidade. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda relativa à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores. **18.5. Contingências:** Em 31/12/2014 e 2013, o valor total em discussão dos processos judiciais cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas é de:

Descrição	2014	2013
Fiscais	44.754	33.083
Cíveis	17.620	1.871
Trabalhistas	121	690
Total	62.495	35.644

Na avaliação da Administração sobre a provável saída de recursos nos processos judiciais fiscais, o montante provisionado de R\$19.678 (R\$11.921 em 2013) refere-se principalmente a obrigações fiscais. **19. Patrimônio líquido:** **19.1. Capital social:** O capital social da Companhia em 31/12/2014 e 2013 é de R\$227.551, dividido em 29.630.262 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. **19.2. Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **19.3 Reserva estatutária:** Constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social destinada à expansão de negócios sociais, após as destinações para reserva legal e dividendos, não podendo exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. **19.4. Ajuste de avaliação patrimonial:** A rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda, relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. **19.5. Política de distribuição de dividendos:** O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. **19.6. Distribuição do resultado:** Em 31/12/2013, a Companhia apresentou prejuízo no valor de R\$17.754. Em 2014, a distribuição de resultados é a seguinte:

Descrição	2014
Lucro antes dos impostos e participações	144.685
(-) Impostos e contribuições	(55.136)
(-) Participações	(1.834)
Lucro líquido do exercício	87.715
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(4.386)
Lucro líquido ajustado	83.329
Dividendos obrigatórios	20.832
25% do Lucro líquido ajustado	20.832
(-) Dividendos antecipados a serem considerados nos dividendos obrigatórios	16.582
(-) Juros sobre capital próprio líquido a ser considerado nos dividendos	4.250
Bruto	5.000
Imposto de renda	(750)
Saldo dos dividendos obrigatórios	21.582
Destinação:	
Constituição de reserva estatutária	61.747

20. Detalhamento das contas de resultado: 20.1. Principais ramos de atuação:

Descrição	2014		
	Prêmios Ganhos	Sinistralidade	Comissão
Acidentes Pessoais	115.800	27,50%	39,20%
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	41.463	18,00%	53,60%
Vida	234.187	61,10%	17,90%
Outros	29.091	15,80%	8,90%
Total	420.541		

Descrição	2013		
	Prêmios Ganhos	Sinistralidade	Comissão
Acidentes Pessoais	119.396	23,90%	36,70%
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	41.187	23,50%	58,10%
Vida	244.270	82,00%	22,90%
Outros	27.678	13,30%	15,80%
Total	432.531		

20.2. Sinistros ocorridos:

Descrição	2014	2013
Sinistros	(164.652)	(244.290)
Despesas com benefícios	(23.512)	(20.101)
Recuperação de sinistros	1.112	4.731
Salvados e ressarcimentos	-	3
Varição de sinistros ocorridos mas não avisados	148	17.349
Total	(186.904)	(242.308)

20.3. Custos de aquisição:

Descrição	2014	2013
Comissões:		
Sobre prêmios	(168.370)	(199.002)
Sobre agenciamento	(2.380)	(3.276)
Sobre prêmios cancelados e restituídos	59.739	68.486
Sobre prêmios cedidos	7.504	16.529
Varição de custos de aquisição diferidos	(8.644)	(10.779)
Total	(112.151)	(128.042)

20.4. Outras receitas e despesas operacionais:

Descrição	2014	2013
Despesas com operações de seguros	(3.759)	(4.245)
Constituição de provisão para ações judiciais cíveis e outras operações de seguros	(13.438)	(10.864)
Despesas com pró-labore	(22.806)	(19.488)
Reversão/(constituição) da provisão para riscos de crédito	(5.235)	(6.367)
Despesas com administração de seguros e resseguros	(1.199)	(941)
Outras operações de seguros	(5.517)	(9.049)
Total	(51.954)	(50.954)

20.5. Resultado com resseguro:

Descrição	2014	2013
Receita com resseguro		
Indenizações e sinistros de resseguros	6.207	3.652
Varição da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	2.885	(1.767)
Receitas com participação em lucros	2.439	2.287
Total	11.531	4.172

Descrição	2014	2013
Despesa com resseguro		
Prêmios de resseguros	(15.827)	(10.500)
Outros	(13)	-
Total	(15.840)	(10.500)
Resultado com operações de resseguro	(4.309)	(6.328)

20.6. Receitas de contribuições e prêmios de VGBL:

	2014	2013
Rendas de contribuições e prêmios		
Prêmios diretos - VGBL e VRGP	263.745	219.365
Planos de renda - Aposentadoria - Capitalização	33.078	32.353
Planos de contribuição variável	193.501	185.471
Subtotal	490.324	437.189
Constituição da provisão de benefícios a conceder		
Prêmios diretos - VGBL e VRGP	(262.209)	(216.685)
Planos de renda - Aposentadoria - Capitalização	(24.619)	(19.893)
Planos de contribuição variável	(183.536)	(172.581)
Subtotal	(470.364)	(409.159)
Total	19.960	28.030

	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Total
Saldo em 31/12/2013	1.154	1.064.889	1.406	
Adições	-	353.982	-	
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	-	(179.866)	(472)	
Avisados / alterações	85	(1.160)	184	
Transferências	-	(166)	166	
Correção monetária / juros	117	107.777	86	
Saldo em 31/12/2014	1.356	1.345.456	1.370	1.348.182
Outras provisões				47
Total				1.348.229
Circulante				270.158
Não Circulante				1.078.071

A PSL contempla sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, à negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, que basicamente referem-se às cláusulas de "invalidez permanente total por doença" e "invalidez permanente total ou parcial por acidente". Em 31/12/2014 e 2013, a posição de sinistros em disputa judicial é a seguinte:

Descrição	2014			2013		
	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado
Até 02 Anos	1.148	71.328	35.128	1.098	81.265	41.010
02 a 05 Anos	898	86.189	40.615	883	86.939	44.433
05 a 10 Anos	397	47.963	21.919	414	49.673	24.548
Mais de 10 Anos	135	22.406	11.933	167	29.183	15.974
Total	2.578	227.886	109.595	2.562	247.060	125.965

Em 31/12/2014, o valor total em discussão dos sinistros em processos judiciais cíveis cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$9.075 (R\$9.018 em 2013), com resseguro de R\$4.856 (R\$4.311 em 2013), que representa um valor residual de R\$4.219 (R\$4.707 em 2013). **15.2. Movimentações das provisões técnicas de previdência complementar:**

Descrição	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Outras provisões técnicas	Provisão complementar de cobertura	Total
Saldo em 01/01/2013	2.314.013	352.292	113.361	-	
Constituições / (reversões)	214.412	7.972	(23.594)	22.906	
Portabilidade de entrada	86.668	-	-	-	
Portabilidade de saída	(139.288)	-	-	-	
Resgates	(94.922)	-	-	-	
Benefícios	-	(52.253)	-	-	
Atualizações monetárias	129.665	38.707	2.309	-	
Transferências	(17.888)	17.888	-	-	
Saldo em 31/12/2013	2.492.660	364.606	92.076	22.906	2.972.248
Outras					8.880
Total					2.981.128
Circulante					678.625
Não circulante					2.302.503

Descrição	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Outras provisões técnicas	Provisão complementar de cobertura	Total
Saldo em 31/12/2013	2.492.660	364.606	92.076	22.906	
Constituições / (reversões)	223.248	8.385	(92.076)	245	
Portabilidade de entrada	98.946	-	-	-	
Portabilidade de saída	(208.205)	-	-	-	
Resgates	(125.387)	-	-	-	
Benefícios	-	(52.825)	-	-	
Atualizações monetárias	223.718	33.843	-	-	
Transferências	(15.022)	15.022	-	-	
Saldo em 31/12/2014	2.689.958	369.031	-	23.151	3.082.140
Outras					10.383
Total					3.092.523
Circulante					729.277
Não circulante					2.363.246

As provisões de Oscilação de Riscos (POR), de Oscilação Financeira (POF), de Insuficiência de Prêmios (PIP) e de Insuficiência de Contribuições (PIC) foram reclassificadas para a conta contábil de "Outras Provisões Técnicas (OPT). Ao longo de 2013, não somente a Provisão Complementar de Prêmios (PCP), como a POR, a POF e a PIP

16. Partes relacionadas: 16.1 Transações: Os principais saldos de ativos e passivos relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são relativos a operações de transações da Companhia com as empresas sob administração comum e profissionais-chaves da administração, para os respectivos tipos de operações.

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
			2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Sul América S.A. (h)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	-	-	2.189	1.625	-	-	-	-
Saepar Serviços e Participações S.A. (a) (b) (f)	Controladora indireta	Sul América S.A.	-	-	183	122	29	34	(8)	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (b) (e) (f)	Controladora direta	Sul América Companhia Nacional de Seguros	447	40	8.041	5.827	1.004	641	(390)	-
Sul América Companhia de Seguros Gerais (a)	Ligada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	-	-	72	66	-	-	(6)	-
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a) (b) (d) (g)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	464	639	57	94	(2.186)	(2.062)
Sul América Odontológico S.A. (a) (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	15	55	20	17	(3)	-
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (b) (d) (f)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	-	-	14.816	15.392	696	554	(3.665)	(2.296)
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (f)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	34	28	-	-	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (b) (f) (i)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	1.099	1.135	68	60	(559)	(676)
Sul América Saúde Companhia de Seguros (a) (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	19	25	4	4	(2)	-
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (a) (b)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	-	-	20	-	64	-	(23)	-
Swiss Re Brasil Resseguros S.A. (j)	Ligada	Outros	3.946	-	2.868	-	7.490	-	(15.523)	-
J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (c)	Outros	Outros	-	-	-	-	-	-	(545)	(794)
Gouveia Vieira Advocacia (c)	Outros	Outros	-	-	-	-	-	-	(6)	(6)
Gouveia Vieira Advogados Associados (c)	Outros	Outros	-	-	-	-	-	-	(786)	(467)
Total			4.393	74	29.814	24.886	9.432	1.404	(23.702)	(6.301)

(a) Valor referente ao plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (b) Valor referente ao seguro de vida grupal oferecido a todos os colaboradores; (c) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (d) Valor referente ao reembolso de aluguel de imóveis; (e) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos entre acionistas, titulares ou sócios; (f) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (g) Valor referente à taxa de administração por serviços de gestão de ativos; (h) Valor referente ao reembolso da Companhia que pagou seus executivos com incentivos em ações (stock options) de emissão da SASA; (i) Valor referente ao benefício do plano de saúde a funcionários e dirigentes; e (j) Valor referente à operação de resseguro. Em 2014, a Companhia liquidou dividendos junto a seus acionistas no montante de R\$ 34.999 (R\$18.574 em 2013), sendo R\$ 34.999 (R\$14.974 em 2013) para a CIA. SAÚDE e, em 2013, R\$3.600 para a Sul América Seguros Saúde S.A. "SAÚDE", incorporada pela CIA SAÚDE. **16.2. Remuneração da administração:** A Administração incluiu os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Benefícios de curto prazo a administradores		Benefícios pós-emprego	Incentivo em ações (a)	Total
	2014</				

20.7. Despesas administrativas:

Descrição	2014	2013
Pessoal próprio (b)	(24.920)	(21.437)
Incentivo de ações (a)	(564)	(220)
Serviços de terceiros	(52.585)	(47.310)
Localização e funcionamento	(7.268)	(7.755)
Publicidade e propaganda	(1.323)	(1.827)
Outras	(155)	(1.803)
Total	(86.815)	(80.352)

(a) Valor de incentivo de ações (stock option), conforme nota 16.2. (b) Em 31/12/2014 e 2013, os benefícios pagos aos funcionários estão representados principalmente por:

Descrição	2014	2013
Remunerações	(11.715)	(10.755)
Encargos sociais	(4.565)	(3.977)
Indenizações e rescisões	(2.138)	483
Vale alimentação, refeição e transporte	(1.521)	(1.498)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(565)	(766)
Previdência Privada	(141)	(98)
Outros benefícios	(530)	(443)
Total	(21.175)	(17.054)

20.8. Resultado financeiro: 20.8.1. Resultado financeiro por categoria:

Descrição	2014	2013
Títulos e valores mobiliários	453.735	249.696
Valor justo por meio do resultado	287.607	86.493
Disponível para venda	43.191	37.053
Mantido até o vencimento	122.937	126.150
Operações de seguros - previdência e VGBL	(334.340)	(194.359)
Operações de seguros - outros	(11.860)	(7.321)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	561	(9.337)
Outros	(403)	914
Total	107.693	39.593

20.8.2. Receitas financeiras:

Descrição	2014	2013
Valorização de cotas de fundos de investimentos	702.907	530.617
Títulos de renda fixa - privados	10.579	12.419
Títulos de renda fixa - públicos	94.326	84.388
Operações de seguros	450	766
Juros e variação monetária sobre ações e depósitos judiciais	10.371	6.991
Outras	2.197	3.324
Total	820.830	638.505

20.8.3. Despesas financeiras:

Descrição	2014	2013
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(354.077)	(377.728)
Operações de seguros	(12.310)	(8.087)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações e obrigações fiscais	(9.810)	(16.328)
Atualização monetária e juros das provisões técnicas - operações de previdência e VGBL	(334.340)	(194.359)
Outras	(2.600)	(2.410)
Total	(713.137)	(598.912)

20.9. Demonstração dos cálculos de Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre o lucro líquido: O IRPJ e a CSLL de 31/12/2014 e 2013, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2014		2013	
	Imposto de renda	Contri- buição social	Imposto de renda	Contri- buição social
Lucro (prejuízo) líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	144.685	144.685	(27.847)	(27.847)
Despesas/Receitas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(36.171)	(21.703)	6.962	4.177
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(3.899)	(2.339)	(5.521)	(3.313)
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos	(1.309)	(785)	(1.592)	(955)
Despesas não dedutíveis	(265)	(105)	(653)	(382)
Outras	-	(39)	-	-
Subtotal	(5.473)	(3.268)	(7.766)	(4.650)
Exclusões:				
Atualização de depósitos judiciais	1.737	1.042	1.197	718
Encargos sobre participações nos lucros	469	281	339	204
Juros sobre capital próprio	1.250	750	-	-
Outras	43	-	227	114
Subtotal	3.499	2.073	1.763	1.036
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Constituições	-	-	(1.801)	(1.090)
Compensações	4.713	2.812	-	-
	4.713	2.812	(1.801)	(1.090)
Redução de incentivos fiscais	761	-	62	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(32.671)	(20.086)	(780)	(527)
Diferidos:				
Constituição / (reversão) - Crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa	(4.754)	(2.836)	1.898	1.146
Constituição - Crédito tributário sobre diferenças temporárias	5.166	3.100	7.486	4.338
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	(1.909)	(1.146)	(1.252)	(751)
Receitas/Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	(1.497)	(882)	8.132	4.733
Despesas/Receitas com imposto de renda e contribuição social	(34.168)	(20.968)	7.352	4.206
Alíquota efetiva	24%	14%	26%	15%
Alíquota efetiva combinada	38%	38%	41%	41%

21. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:

Descrição	2014		2013	
	Ativos financeiros disponíveis para venda		Ativos financeiros disponíveis para venda	
Base de cálculo		2.109		2.109
Imposto de renda		(527)		(527)
Contribuição social		(316)		(316)
Total		(843)		(843)
Líquido		1.266		1.266

Descrição	2014		2013	
	Ativos financeiros disponíveis para venda		Ativos financeiros disponíveis para venda	
Base de cálculo		(29.370)		(29.370)
Imposto de renda		7.343		7.343
Contribuição social		4.406		4.406
Total		11.748		11.748
Líquido		(17.622)		(17.622)

22. Conciliação entre lucro (prejuízo) líquido do exercício e caixa líquido gerado nas atividades operacionais:

Descrição	2014		2013	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	87.715	(17.754)		
Mais				
Depreciações e amortizações	1.549	1.966		
Prejuízo na Venda de Investimentos ou Imobilizado	-	110		
Juros e variações monetárias de provisões judiciais e obrigações fiscais	17.457	12.110		
Juros e variações monetárias de refinanciamento fiscal (REFIS)	13	-		
Outros	564	220		
Menos				
Lucro na venda de investimentos ou imobilizado	-	(60)		
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	-	(13)		
Juros e variações monetárias sobre depósitos judiciais e fiscais	(10.371)	(7.816)		
Outros	(4)	-		
Atividades operacionais				
Variação de aplicações	(458.848)	(268.404)		
Variação de créditos das operações de seguros, resseguros e previdência complementar	(16.065)	39.325		
Variação de outros créditos operacionais	(1.928)	2.264		
Variação de ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	(1.299)	756		
Variação de títulos e créditos a receber	28.995	(37.979)		
Variação de outros valores e bens	12	1		
Variação de despesas antecipadas	6.585	(2.952)		
Variação de custos de aquisição diferidos	4.525	19.141		
Variação de contas a pagar	(19.156)	(21.185)		
Variação de débitos das operações com seguros, resseguros e previdência complementar	(13.747)	(10.016)		
Variação de depósitos de terceiros	(849)	2.216		
Variação de provisões técnicas - Seguros e resseguros	253.399	108.938		
Variação de provisões técnicas - Previdência complementar	111.395	187.330		
Variação de outros débitos	2.682	12.662		
Variação de débitos diversos	-	(44)		
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	30.936	20.816		

Conselho de Administração: Presidente - Patrick Antonio Claude de Larragoti Lucas. **Conselheiro** - Gabriel Portella Fagundes Filho; **Conselheiro** - Carlos Infante Santos de Castro. **Diretoria:** Presidente - Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretor vice-presidente** - Arthur Farme d'Amoed Neto; **Diretor vice-presidente** - Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Filho; **Diretor vice-presidente** - Marco Antonio Antunes da Silva; **Diretor vice-presidente** - Matias Antonio Romano de Avila; **Diretor vice-presidente** - Renato Bueno Terzi; **Diretores:** André Luiz Lauzana dos Santos; Carlos Alexandre Baldaque Guimarães; Cesar Tadeu Alonso Dominguez; Cristiano Donisete Barbieri; Emil Andery; Enio Fukai; Fabiano Lima; Gabriel Charbonnieres; Gilson Bochernitsan; José Fernando Conforto; Laenio Pereira dos Santos; Leila Ribeiro de Azevedo e Gregorio; Luciano Macedo de Lima; Marco Antonio Neves; Renato Roperto; Reinaldo Amorim. **Contador:** Mauro Reis d'Almeida - CRC RJ 066.620/O-7. **Atuário:** Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - MIBA/MTSP/963.

Parecer dos Atuários Independentes

patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião.** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2014 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015
 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
 - CIBA 48
 Joel Garcia
 Atuário - MIBA 1131



Demonstrativos do Parecer dos Atuários Independentes Em 31 de dezembro de 2014 (em milhares de reais)

1. Provisões Técnicas	
Total de provisões técnicas de seguros auditadas	1.746.586
Total de provisões técnicas de previdência auditadas	3.092.523
Total de provisões técnicas auditadas	4.839.109
2. Ativos de resseguro	
Total de ativos de resseguro	6.089
3. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas	
Provisões Técnicas (a)	4.839.109
Efeito monetário (b)	86.951
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores (c)	6.089
Depósitos Judiciais Redutores (d)	16.203
Depósitos especiais/ Provisões retidas - IRB (e)	262
Total a ser coberto (a + b - c - d - e)	4.903.506
(b) O valor de R\$86.951 é a parcela da insuficiência apurada no Teste de Adequação dos Passivos, coberta pela diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos garantidores da Provisão Matemática de benefícios Concedidos (PMBC).	
4. Demonstrativo do Capital Mínimo	
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (b)	218.691
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	218.691
5. Demonstrativo da Solvência	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (1)	355.271
Exigência de Capital (CMR) (2)	218.691
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (1 - 2)	136.580
Índice de Liquidez em relação ao Capital Mínimo Requerido (*)	102,6%
(*) O índice de liquidez em relação ao CMR requerido pela Resolução CNSP nº 302/2013 é de 20%	
6. Demonstrativo dos limites de retenção por ramos	
1390 e 0990	570
1391, 1384, 1381, 1377, 1369, 1329, 0993, 0984, 0982, 0977, 0969 e 0929	1.558

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014

1. O Comitê de Auditoria da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, até a presente data: • Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias interna e independente, bem como com os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê de Auditoria ("Comitê"); • Constatou que não foram identificadas deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias independente e interna e do sistema de controles internos da Companhia; • Verificou que a auditoria interna e o sistema de controles internos da

Companhia atendem às necessidades da Companhia, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade da auditoria interna e do sistema de controles internos da Companhia; • Com base nas informações das auditorias independente e interna, não identificou falhas no cumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e • Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para

publicação ou arquivamento junto à SUSEP. 2. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 25 da Resolução CNSP nº 312, de 16 de junho de 2014. 3. O Comitê verificou o atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007 e não identificou o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2015.
 Carlos José da Silva Azevedo - Presidente
 Jorge Augusto Hirs Saab - Membro
 Domingos Carelli Neto - Membro

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as

normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria

obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015
 KPMG Auditores Independentes
 CRC SP-014428/O-6 F-RJ
 Carlos Eduardo Munhoz - Contador CRC 1SP138600/O-7

